

# ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA

MANOEL CARLOS FONSÊCA DE ALENCAR

## Introdução

Esse trabalho não visa se colocar ou resolver um problema determinado. Na verdade, intento apenas sistematizar algumas leituras feitas ao longo desse período que tenho pensado as relações entre a Literatura e a História. Penso que essa pode ser uma boa oportunidade para se fazer um balanço, esclarecer caminhos, delimitar melhor o objeto com o qual trabalho: e a melhor forma é refletir sobre a forma que os historiadores têm tomado a literatura como um rica fonte no desvendamento do passado; e mais do que isso, como a aproximação com a literatura tem obrigada a História a se questionar sobre o seu estatuto de cientificidade e se colocado perguntas tais como: é possível se pensar um veracidade para a História e uma verossimilhança para a Literatura? Em que pontos o discurso histórico se separa do literário? Será que podemos responder essa pergunta atribuindo o estatuto de verdade para a história e o de ficção para a literatura?

São idéias muito esparsas e panorâmicas, às vezes até meio confusas, mas creio que satisfazem ao meu intento de sistematizar, mesmo que brevemente, algumas preocupações que me têm atormentado há algum tempo. No futuro talvez este trabalho me seja útil se conseguir desdobrar esses pensamentos e desenvolver de forma mais demorada essas idéias difusas<sup>1</sup>.

Foi apenas no século XIX – período em que as ciências de uma forma geral se compartimentaram e estabeleceram o seu campo específico de conhecimento – que a História começou a se questionar sobre a sua especificidade entre outras Ciências Humanas. Tratava-se de criar elementos de distanciamento de outras ciências como a antropolo-

---

<sup>1</sup> Este artigo foi escrito em 2001 como requisito da disciplina de História Social do Trabalho III do Doutorado da UNICAMP, ministrada pelo professor Edgar de Decca.

gia e a sociologia, delimitando um campo propriamente historiográfico, como de legitimar esse campo a partir de parâmetros de cientificidade próprios das ciências naturais. Desta forma, a História se construiu como ciência baseada em um método que tinha por objetivo exclusivo provar a veracidade ou não de um documento; depois de estabelecido a veracidade desses fatos, singulares e invariáveis, cabia ao historiador apenas colocá-los em ordem cronológica de modo a construir uma narrativa linear<sup>2</sup>. Nesse sentido, não cabia ao historiador a capacidade interpretativa, a História era avessa a sínteses gerais e modelos estruturais que pudessem explicar os processo social e histórico<sup>3</sup>. Isso é o que entendemos de um positivismo puro em suas formulações, mas na prática os historiadores do século XIX estavam muito além de mostrar essa versão um tanto caricata do positivismo. Sobretudo porque no século XIX existia uma sensível preocupação com o estabelecimento de identidades nacionais que fazia com que a história se colocasse problemas tais como: o que constitui a peculiaridade de uma determinada nação em relação a outra? Quais os traços econômicos, políticos, sociais e culturais que marcavam a diferença de um povo ou nação? Não cabe nesse trabalho explorar esse problemas. O que nos interessa é que na constituição dessa cientificidade, a História procurou expurgar de seu campo toda forma de explicação da realidade histórica que tivesse por base a imaginação e a criação. Assim, havia uma linha nítida que separa o discurso histórico, que trabalhava com a verdade e o fato, verificado e comprovado através de documentação oficial, do discurso literário, que era atribuída a capacidade criativa e

---

<sup>2</sup> Parte desses argumentos podem ser encontrados na obra de REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996; a introdução de WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica no Século XIX*. São Paulo: EDUSP 1992; há uma interessante discussão em AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos Bom; VASCONCELOS, Sandra Guarani T. (Orgs.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 11-19; 93-114; 173-210.

<sup>3</sup> Não podemos generalizar ao fazer a afirmação, sobretudo devido a obra de Karl Marx. Contudo suas interpretações só foram incorporadas ao discurso histórico acadêmico no século XX com a Escola dos Annales e sobretudo pelo História Social Inglesa.

inventiva, tendo como campo privilegiado a imaginação pessoal e subjetiva.

Mas essas certezas não permaneceram tão sólidas ao longo do século XX. Vários historiadores e filósofos questionaram a pretensa cientificidade dos saberes humanos e passaram a questionar a noção mesmo de verdade histórica como esta havia sido formulada pelos intelectuais do século XIX<sup>4</sup>.

Essa discussão tem múltiplos desdobramentos, nos interessa estudar como os historiadores têm se voltado para um debate profícuo com a literatura, esse que parecia ser um campo restrito ao que era fictício e imaginativo, e têm se questionado sobre os pontos de encontro e desencontro, os de cruzamento e mediações.

Penso que podemos dividir esses cruzamentos em três campos distintos: primeiro, aquele que tem se apropriado dos discursos literários como portadores de historicidade e tem encontrado neles importantes elementos no sentido de enriquecer a compreensão do passado; segundo, aquele que tem se voltado para os discursos históricos e encontrado neles elementos próprios de um campo que antes se acreditava como literário; e, por fim, o que tem pensado não precisamente os discursos, mas a materialidade do livro e seus suportes, a forma de edição e circulação dos mesmos. Esses três campos, apesar de os colocarmos como distintos, estão sempre se intercalando, de forma que um coloca problemas que incidem diretamente nas formulações do outro, no sentido de questioná-lo e até reformulá-lo. Esses debates têm enriquecido tanto o saber histórico como o literário, têm feito os historiadores se questionarem sobre as suas certezas e ampliado o campo do conhecimento histórico.

### **A Literatura como Fonte para o Historiador**

Vou tratar, em primeiro lugar, do caso em que os historiadores têm se apropriado dos discursos literário como portadores de historicidade. Nesse sentido, podemos desta-

---

<sup>4</sup> Uma boa discussão desse tema pode ser encontrada em WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria contemporânea de História, *Revista de História*. São Paulo, IFCH/UNICAMP, n. 2 e 4, primavera, 1991.

car alguns autores e forma com que eles têm operado com esse cruzamento. Pretendo oferecer um especial destaque para os autores nacionais, porque eles têm me oferecido subsídios importantes para a elaboração de meu trabalho e também porque eles têm formulado questionamentos interessantes sobre esse cruzamento.

Entre os historiadores que têm trabalhado com fontes literárias destaca-se o inglês Raymond Williams. Entre outros trabalhos, temos *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*<sup>5</sup>. Este trabalho procura criticar um visão comum na literatura e na história sobre a Inglaterra Rural, de um campo edênico, de um passado mítico, ao qual historiadores e literatos vaticinavam a sua morte e a reabilitação através da vinculação a uma tradição perdida. Williams fez uma viagem retrospectiva às visões de campo e a cidade desde a antigüidade greco-romana, mas se centrou sobretudo nos processos de formação do capitalismo agrário nos séculos XVII no sentido de compreender os complexos posicionamentos do criação literária frente aos modos de vida no campo e na cidade. Nesse livro as relações entre a realidade histórica e os discursos literários se mostram complexas: a criação literária se vê passível de ser negada pela realidade histórica, pois na criação desse passado mítico normalmente se alienam os processos de exploração do trabalho humano e, como toda tradição, normalmente se mostra de forma seletiva, recortando e recriando o passado. Williams foi além de apenas identificar essa tradição, ele pretendeu questioná-la, e recorreu a realidade histórica no sentido de mostrar o quanto a idéia de uma Inglaterra Rural, de homens puros e íntegros, colocada num passado mítico, acabava por impedir uma crítica necessária e presente de compreender o campo e a cidade como dois modos de vida que foram integralmente mudados na formação do capitalismo, de se questionar esse processo como um todo e encontrar caminhos que possam superá-lo. No seu livro teórico, *Literatura e Marxismo*<sup>6</sup>, ele trava um intenso debate com as teorias culturais do marxis-

<sup>5</sup> WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

<sup>6</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

mo vulgar, a ponto de questionar os conceitos de simplificadores de Ideologia, de estrutura e superestrutura, de determinação, e sobretudo, a teoria do reflexo, para a qual a criação artística deve refletir diretamente a vida, mas isso de forma simplista, recorrendo sempre a uma determinação entre as formas de pensamento e as estruturas sociais. Williams formula o conceito de estrutura de sentimentos, que procura resgatar os elementos ativos da criação artística e compreender o pensamento como constituído e constituidor do social<sup>7</sup>, procurando os pontos de soldagem entre o ser social e a consciência social – isso que E.P. Thompson chamou de experiência. Nesse sentido, Williams não estava preocupado com a separação entre fato e ficção, discurso histórico e discurso literário, esses dois últimos compõem a realidade histórica, e não cabe ao historiador questionar se tal discurso literário é falso ou verdadeiro, mas entender que ele busca hegemonizar formas de compreender a realidade histórica, e o que temos que perceber é a quem servem esses discursos, de que forma eles se institucionalizam ou se propagam, muitas vezes se tornando uma tradição que se faz necessário criticar. Se em algum momento Williams combateu uma certa visão de campo e de cidade, no seu livro acima citado, e a considerou equivocada, é porque acreditava que era necessário uma visão alternativa, não apenas no sentido de compreender o passado, mas também de superá-lo.

Outro estudo interessante o do historiador inglês Ian Watt<sup>8</sup> – que foi discutido na disciplina. Na esteira de outras discussões já travadas na filosofia, como é o caso de Lukács<sup>9</sup>, Watt vai estudar as razões que levaram o surgimento da forma social romance. Ele estuda suas ca-

<sup>7</sup> Um outro livro que Williams faz uma boa discussão desse problema é “Cultura e Sociedade” em que ele estuda as reações da literatura frente ao industrialismo. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade (1780-1950)*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

<sup>8</sup> WATT, Ian. *A Ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

<sup>9</sup> Essa discussão me foi possível devido a leitura e discussão na disciplina. In: LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Duas Cidades: Edições 34, 2000. p. 7-96; LUKÁCS, Georg. *La novela histórica*. México: Biblioteca Era, 1971. p. 9-102.

racterísticas e as diferenças com as formas passadas. O estudo abrange um amplo leque de temas, desde a estruturação de enredos, a função dos personagens, as noções de autoria, enfim, as mudanças gerais advindas com uma realidade social em transformação, ou melhor, o desenvolvimento do capitalismo e a formação de um modo de vida burguês, e a relação destas com as formas sociais que procuravam representá-lo. Ian Watt busca estabelecer uma relação do surgimento do romance com uma nova ética do trabalho, com o protestantismo, com a construção da noção de espaço privado, com o avanço nas formas de editoração do livro, etc. Fazemos um especial destaque ao contato de Watt com a estética da recepção, na sua análise que busca mostrar o quanto as exigências de um novo leitor, um amplo mercado editorial e formas diferentes de se apropriar dos escritos literários pressionaram a criação literária e condicionaram a própria criação do escritor. É um estudo inovador que décadas depois será mais debatido pela História Cultural Francesa.

Um conceito que está sendo muito usado hoje no Brasil é o de representação social formulado por Roger Chartier<sup>10</sup>. O conceito é mais antigo, foi trabalhado por Émile Durkheim e Marcel Mauss<sup>11</sup>, mas Chartier reformulou-o de forma que está sendo largamente usado nos estudos que tomam a literatura como fonte para a História. Trata-se de compreender que toda realidade é simbolicamente construída e que essa construção mesma faz parte dessa realidade. Mas essa representação da realidade não é abstrata e individual, ela é social, porque está dentro das estratégias que os grupos sociais formulam no sentido de ler o mundo, criar elementos de identidade que justifiquem as razões de estar no mundo e tentar hegemonizar as suas formas de representar esse mundo. Nesse sentido, não há um

<sup>10</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1990. Uma boa discussão do conceito poder ser encontrado no livro de PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias sobre o urbano*. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre, Ed. da Universidade/ UFRGS, 1999 e outros artigos publicados pela autora nas revistas de história nacionais.

<sup>11</sup> Essa referência encontrei no próprio livro de Roger Chartier. CHARTIER, Roger. Op. cit.

referente na realidade que nos leve diretamente ao representado, o ato mesmo de representar o mundo não é simplesmente mostrar como ele é, mas como ela poderá ser ou como ele poderia ter sido. Roger Chartier formulou-o, dentro do campo francês, no sentido de se contrapor a conceitos como é o de mentalidade, história intelectual e uma história social da cultura. Segundo ele, as formas como operavam os historiadores da mentalidade e da história intelectual acabavam por não deixar claro os processos pelos quais determinadas formas de representar o mundo se tornaram hegemônicas, ou melhor, a história não retornava ao social pois considerava as idéias como abstratas e justificadas em si mesmas. Sua crítica a uma história social do cultural, isso ainda no campo francês, baseia-se no fato de essa história não compreender os processos de circulação cultural, ou melhor, estabelecia um campo rígido em que os objetos culturais eram separados de forma estanque entre as camadas sociais. Nesse sentido, parecem elucidativos os seus estudos sobre cultura popular. Segundo ele, não podemos considerar uma cultura como popular só pelo fato de ter um determinado conteúdo que de antemão consideramos como popular, ou partir do pressuposto de que é possível antes segmentar as classes sociais e depois distribuir os objetos culturais, atribuindo àqueles que eram lidos pelo povo a qualidade de popular. Ele ressalta que é necessário compreender as formas de produção, distribuição e consumo. À frente falaremos mais sobre isso. De qualquer forma o conceito de representação social coloca o discurso literário como uma entre outras formas de representar o mundo, o que acaba por apagar a linha que separava a história como um discurso ligado à veracidade e a literatura como um discurso ficcional e imaginativo.

Vale destacar os estudos de Robert Darnton<sup>12</sup>, historiador americano, mas que mantêm uma proximidade com

---

<sup>12</sup> DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 21 a 184; DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia da Letras, 1990. p. 259 - 283. Para um discussão mais específica desse ponto que estamos tratando ver DARNTON, Robert. *Boêmia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

a história francesa<sup>13</sup>. Eles se voltam para os grupos de intelectuais e busca compreender como esses elaboram projetos de intervenção direta na sociedade e como eles se colocam em relação a ela. Darnton se questiona sobre o lugar em que estes grupos ocupam e sua relação com os saberes instituídos. Seus estudos têm nos oferecido interessantes elementos para o entendimento do papel dos intelectuais na revolução francesa, da literatura subversiva, das formas instituídas e proibidas de edição, etc. Eles também enriquecem os estudos literários porque incluem como um dos seus campos o que se volta às revistas literárias, os jornais, as academias de letras, etc.

Vou tentar a partir de agora comentar alguns estudos nacionais que têm trabalhado com o cruzamento entre literatura e história. Nesse sentido, vale destacar os estudos que se têm elaborado sobre Machado de Assis. A iniciativa partiu de um estudioso da área de literatura, Roberto Schwarz<sup>14</sup>. O seu livro *Ao Vencedor as Batatas* foi inovador, no período em que foi lançado, pelo fato de tomar os romances como uma maneira de compreender as transformações ocorridas no final do século XIX com a instauração de uma ordem burguesa no Brasil. Schwarz estava preocupado em compreender a difícil adequação de um pensamento europeu, liberal e burguês, a uma realidade brasileira paternalista e escravocrata. O seu estudo é o de importação de idéias por um país periférico do capitalismo e as conseqüências dessa importação na compreensão da realidade local. Schwarz criou um termo um conceito muito polêmico, o de "idéias fora do lugar", que foi motivo de um acalorado debate nacional. Ele analisou dois autores, Machado de Assis e José de Alencar, e a forma como eles trataram essa disparidade entre idéias importadas e uma realidade local. Penso que podemos colocá-lo ao lado de outros estudiosos que estavam preocupados em compreender o caráter nacional. Ao seu lado podemos colocar Renato Ortiz, Antônio Cândido, entre outros. Aliás, o

---

<sup>13</sup> Nesse sentido destaco um intercâmbio de Darnton com Roger Chartier, sobretudo nos estudos da história da leitura. Ver: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

<sup>14</sup> SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992. O livro foi fruto de um interessante debate em sala de aula.

tema da identidade nacional tem crescido muito nos últimos anos entre os historiadores; talvez, em parte, por causa das comemorações dos 500 anos, mas também porque a dependência do Brasil tem crescido com essa onda neoliberal. A literatura é uma importante fonte para os estudos da identidade nacional e os historiadores cada vez mais se voltam para ela nesse sentido. Vale destacar que Schwarz trabalha de forma inovadora no Brasil com enredos e tramas e o que esses elementos possuem de historicidade. Na esteira desses estudos sobre Machado de Assis, podemos destacar os mais atuais, realizados por Sidney Chalhoub<sup>15</sup>. Ele também trabalha de forma brilhante com a trama e os personagens, mas sua problemática não se volta de forma incisiva sobre a questão nacional. Chalhoub nos mostra como, ao longo dos romances de Machado de Assis, os graus de dependência de determinados personagens, com respeito àqueles que representam uma ordem senhorial, diminui à medida que essa mesma ordem se desgasta. O estudos também fazem uma importante relação entre o tempo presente ao escritor e de que forma este influencia na elaboração dos romances que se passam no passado.

Os estudos dos movimentos literários no final do século XIX devem muito a Nicolau Sevcenko<sup>16</sup>. O seu livro conseguiu vincular propostas de grupos literários com questões políticas e sociais, tais como, as lutas pela proclamação da república e o seu compromisso com a instauração de uma ordem mais progressista e civilizada. O estudo é inovador porque consegue recuperar, ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, os projetos dos grupos literários, desde o entusiasmo das lutas republicanas até uma certa desilusão depois de a república se instaurar como um sistema conservador e autoritário. Nesse sentido, Sevcenko nos mostra os espaços de sociabilidade dos escritores do período, os seus diferentes projetos, a suas relações com a ordem instituída, os processos de cooptação

<sup>15</sup> CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>16</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

e ostracismo, a sua relação com o mercado editorial, etc., de forma que temos um quadro rico e complexo da relação entre cultura e sociedade, como os grupos se vêem dentro e em relação a essa sociedade. Numa leitura um tanto benjaminiana, ele recuperou os projetos vencidos, aquilo que não foi, mas que poderia ter sido; o que nos coloca importantes elementos para compreendermos uma certa dimensão utópica da história. Um último elemento que quero ressaltar é aquele que se refere ao importante vínculo da criação artística com a realidade histórica que parte da relação efetiva desta com relação àquela através de uma inserção dos grupos literários e sua preocupação em hegemonizar suas leituras da realidade. Isso nos leva sempre à necessidade de recorrer, em diferentes períodos históricos, às relações entre o saber e o seu lugar social.

Destaco mais dois estudos, entre outros, porque têm me servido de inspiração preciosa na confecção da minha dissertação. A professora Ivone Cordeiro<sup>17</sup> realizou um importante estudo das visões sobre o sertão cearense na literatura do final do século XIX. Na esteira de Williams, ela identificou uma mudança na estrutura de sentimentos com respeito ao sertão na passagem de uma visão romântica – como é o caso de José de Alencar e Franklin Távora – a uma visão do realismo, como é o caso dos naturalistas cearenses. O trabalho se questiona sobre pontos importantes tais como: de que forma a seca influencia nas visões sobre o sertão? Ou mesmo, como uma visão civilizatória dos intelectuais do século XIX se coloca frente ao Sertão, visto que esta se colocou como contrária em relação àquela? Ela também considera o discurso literário como um dos componentes do social e não algo que se coloca como apartado ao qual se tem que buscar as relações com esse social. Nesse sentido, parece patente a influência de Roger Chartier.

Enfim, vale destacar o estudo sobre o imaginário da cidade realizada pela professora Sandra Jatahy Pesavento<sup>18</sup>. É

---

<sup>17</sup> BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum – o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, FFLCH/USP, 1998.

<sup>18</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias sobre o urbano*. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1999.

um estudo amplo que procura comparar as diversas visões sobre a cidade entre escritores parisienses e brasileiros do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul (estado em que ela ensina). O conceito de representação lhe é caro, pois o seu trabalho busca identificar nos romances como eles compõem representações sobre a cidade na segunda metade do século XIX. Pesavento consegue resgatar a referência parisiense dos escritores brasileiros, tanto nos traços das cidades como numa certa forma de representá-la. Ela também coloca a literatura como uma sintonia fina, na sua capacidade de captar as sensibilidades de uma época e a forma como os homens sentiram as transformações ocorridas nas cidades do século XIX.

Por fim, destaco os encontros internacionais que procuraram refletir sobre os cruzamentos entre História e Literatura<sup>19</sup> e que têm levantado interessantes questionamentos, mas que por serem estudos esparsos e numerosos não cabe um comentário mais detalhado. Nas próximas partes nós trataremos com mais cuidado esses questionamentos.

### Os Componentes Literários do Discurso Histórico

Vou apenas levantar algumas idéias esparsas sobre a forma como o pensamento de Hayden White<sup>20</sup> tem levado

<sup>19</sup> Esses estudos não se referem exclusivamente ao ponto tratado, mas em sua maioria os trabalhos se referem a esse ponto, já que tomam os discursos literários em busca de sua historicidade. Ver DECCA, Edgar Salvatori de (Org.). *Pelas margens: outros caminhos da História e da Literatura*. Campinas – Porto Alegre: Editora da UNICAMP/ UFRGS, 2000 et al. *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. LENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1998; AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos Bom; VASCONCELOS, Sandra Guarani T. (Orgs.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 11-19; 93-114; 173-210.

<sup>20</sup> Para uma instigante discussão sobre a questão a ser tratada ver *Revista de História*. São Paulo, FCH/UNICAMP, n. 2 e 4, primavera de 1991. A introdução de WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica no Século XIX*. São Paulo: EDUSP 1992.; WHITE, Hyden. *Teoria literária e escrita da história*. *Revista Brasileira de História*, n. 13, jan./jun. 1994. AMPUH/ Marco Zero; KRAMER, Lloyd S. *Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra*. In: HUNT, Lynn (Org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

os historiadores a repensarem o conhecimento histórico. Não quero dizer com isso que suas idéias são originalíssimas – problemas como o que ele colocou já haviam sido colocados por outros intelectuais – mas vale a pena se centrar nele como um expoente de uma tendência, ou forma de ver a relação entre a literatura e a história, que procura apagar as fronteiras entre esses dois saberes. Segundo Hayden White é necessário se questionar os processos de legitimação do conhecimento histórico que o identificou com a veracidade e buscou afastar do mesmo todas as faculdades imaginativas e criativas. Ele afirma que exista uma diferença entre o real – o vivido – e uma elaboração discursiva sobre esse real, mas esse real só nos é possível apreender a partir da superfície do discurso. De forma que precisamos pensar que o conhecimento histórico, não conseguindo apreender essa verdade *Tout Court*, lança mão da imaginação para reunir fragmentos do real e compor uma narrativa intelegível. Ao compor essa narrativa, então, o discurso histórico incorpora elementos do discurso literário. De forma um tanto caricata, podemos dizer que ao compor um discurso colocamos em cena determinados personagens, sejam indivíduos ou coletividades (o movimento operário, as mulheres, os negros, os intelectuais, etc.), e o submetemos a uma trama que pode resultar em discurso romântico ou realista, trágico ou cômico, etc. Para compreender essas estratégias discursivas Hayden White recorreu à literatura no sentido de estabelecer os tropos do discurso, e como a partir deles é possível qualificar e classificar o discurso histórico da mesma forma como se classifica o discurso literário. São questões como: o discurso histórico é trágico ou dramático, irônico ou picaresco, etc. É uma discussão instigante, pois ao captar os elementos ficcionais do discurso histórico White acaba por questionar o próprio *status* de cientificidade do mesmo.

Sem dúvida essa postura apaga todas as fronteiras entre a literatura e a história. No entanto, alguns historiadores<sup>21</sup> têm colocado alguns questionamentos importantes sobre as pecu-

---

<sup>21</sup> Essa discussão está bem formulada nos livros resultantes dos encontros internacionais acima citados. Faço destaque aos artigos de DECCA, Edgar Salvatori de. O que é o romance histórico? ou, devolvo a bola para

liaridades do conhecimento histórico. Em primeiro lugar a operação do discurso histórico se dá em oficinas de história<sup>22</sup> nas quais esse discurso passa por um longo processo, cujo sentido é a busca de uma verossimilhança. Ou melhor, por mais que o discurso histórico tenha perdido há muito tempo as referências de verdade, tais como estas tinham sido construídas por uma história que se queria científica, ele ainda se pauta pela procura da verossimilhança. A construção mesma do discurso histórico é fruto de um procedimento bem diferente do discurso literário. Enquanto o literato tem mais liberdade criativa e imaginativa, o historiador se vê no dever de fazer o seu discurso se adequar a passeidade, mesmo que depois disso ele chegue a conclusão de que o que ele realizou é apenas um construção dessa pesseidade, e não ela mesma.

Mas Hayden White nos alertou para um ponto importante: cabe ao historiador, como ao literato, contar uma história, e os dois têm de se questionar não só que história contar, mas como se contar essa história.

### O Livro, a Imprensa e a Leitura

Assim como no último ponto, me deterei muito pouco nesse, porque não tem uma utilidade mais direta na minha dissertação. Poucos historiadores brasileiros têm trabalhado na perspectiva daquele que reconhecemos como um dos expositores máximos dessa nova tendência da nova história cultural, Roger Chartier.<sup>23</sup> Normalmente eles têm

---

você Hyden White. In: SEBE, Flavio Aguiar e José Carlos.(Org.). *Gêneros de fronteira*. v. 1. Rio de Janeiro, 1997. A apresentação e artigo de Sandra Pesavento em LENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Op. cit.; Assim como LAMAIRE, Ria. O mundo feito texto. In: DECCA, Edgar Salvatori de (Org.). *Pelas margens: outros caminhos da História e da Literatura*. Op. cit.

<sup>22</sup> Essa discussão sobre a operação do discurso histórico está formulado em CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982; CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. 2. ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. p.17-48.

<sup>23</sup> Para essa discussão consultar: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1990; CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. São Paulo: Cia. da Letras, 1999. CHARTIER,

se apropriada do conceito de representação, mas esse não vem acompanhado com um conjunto outro de reflexões que tem colocado o autor sobre as formas de ler, os processos de editoração e difusão do livro. Na verdade, Chartier não tem trabalhado com o conceito de literatura na sua acepção mais restrita, ou melhor aquele que lhe atribui o sentido de escrito imaginativo e de ficção. Para ele, literatura é toda forma textual, falada ou escrita, que se assenta sobre um suporte, material ou oral. Nesse sentido, a fala mesma é literatura porque se articula de forma a apresentar um discurso a ser transmitido e entendido pelos receptores.

Chartier trabalha com os objetos culturais, sobretudo os escritos, a partir de sua materialidade, ou melhor, ele se centra nos suportes que comportam esses escritos, nas suas formas de difusão e nas formas de socialização da leitura. Ele tem colocado interessantes questionamentos: de que forma a revolução nas formas de impressão do livro influenciaram na maneiras de ler? Essa é uma leitura individual ou coletiva? Quais as mudanças mais amplas propiciaram a noção de autoria ou mesmo a da leitura silenciosa, como é mais comum hoje. De uma forma geral os seus estudos tendem a particularizar o conhecimento histórico para melhor entender os complexos processos de circulação cultural. Por exemplo, há uma passagem em que ele mostra que mesmo depois da revolução da imprensa por Gutenberg, as formas de ler ainda permaneciam, em sua maioria, coletivas. Questionamentos como estes nos faz partir do texto em abstrato e procurar compreender a quem se destinam esses textos, a um público maior ou restrito, eram no sentido de domesticar ou de liberar uma leitura do mundo, se colocavam como um saber instituído ou subversivo, tendiam a entender o saber como próprio de uma classe ou casta ou eram destinados a um público maior? Todas esses processos são muito complexos e não podem ser generalizados. Vamos dar um exemplo: os cordéis hoje são muito mais uma leitura individual do que coletiva, mas a sua elaboração é destinada a uma leitura coletiva. Poderia-

---

Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.  
CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leitura. In: HUNT, Lynn (org). *A Nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

mos nos perguntar quais as transformações ocorridas em um determinada época que levaram o cordel a ser uma leitura individual. Não apenas isso, temos que entender que mesmo essas transformação não levaram a mudança como um todo nas formas de ler o cordel. Temos que particularizar as formas de leitura do cordel e ligá-los a um tipo de público específico. Assim, ainda encontraremos muitas formas de leitura coletiva do cordel nas feiras, em algumas comunidades do interior, etc. Podemos também pensar a relação entre o cordel e o repente, já que este último normalmente não se assenta sobre um suporte escrito, sendo quase impossível transformá-lo em uma leitura individual e silenciosa.

Roger Chartier nos tem mostrado que o suporte que comporta os escritos influencia nos seus significados. Ele recuperou um interessante debate entre os cléricos e sua resistência em transformar a Bíblia da sua forma em rolo para a de livro, como o conhecemos hoje. Segundo ele, a forma em rolo impossibilitava uma leitura fragmentada da Bíblia, o que tornava essa leitura muito mais restrita aos grupos religiosos. Mas esse elemento deve ser colocado em um contexto bem mais amplo porque só o suporte não esclarece tudo. Outras perguntas devem ser feitas: a palavra divina era um direito de todos ou só de alguns? Qual a distância entre a interpretação dada internamente aos religiosos e a que esta destinada à pregação e à catequização?

Esses são apenas alguns problemas entre muitos outros interessantíssimos que ele nos coloca. Sem dúvida, esses problemas têm toda condição de revolucionar os estudos culturais, e colocam novas formas de abordar problemas antigos, como são aqueles que se preocupam não só com a criação, mas com a recepção e apropriação feita pelos leitores dos objetos culturais.